

Aterrado: uma fazenda cafeeira em Barra do Pirahy (RJ)

Aterrado: a coffee farm in Barra do Pirahy (RJ)

Aterrado: uma hacienda cafetera en Barra do Pirahy (RJ)

Vladimir Benincasa

Professor Doutor, UNESP, Brasil
vladimir.benincasa@unesp.br

RESUMO

Trata da história e da arquitetura de uma típica fazenda de café fluminense, implantada pela família Diniz Junqueira, na primeira metade do século XIX, no curato de Dores, da então Vila do Pirai. A fazenda, desde então, conserva-se nas mãos da mesma família, guardando boa parte da documentação. Com relação ao seu aspecto físico, mantém grande parte das edificações características, sendo um testemunho das transformações por que passou a arquitetura rural da região. É considerada uma das células mater dos Diniz Junqueira, que depois se aventurariam pelo interior paulista, fundando fazendas e cidades. Para o trabalho, foi feito levantamentos métrico e fotográfico do local, além de pesquisas em arquivos públicos e privados, entrevista e leitura de referencial teórico correlato para ser desenvolvido.

PALAVRAS-CHAVE: Arquitetura rural fluminense. Fazendas de café. Arquitetura do século XIX.

ABSTRACT

This work talks about the history and architecture of a typical Rio de Janeiro's coffee farm, implanted by the Diniz Junqueira family, in the first half of the 19th century, in the district of Dores, in Vila do Pirai. The farm, since then, remains in the hands of the same family, keeping much of the documentation. With regard to its physical aspect, it maintains a large part of the characteristic buildings, being a testament to the transformations that the rural architecture of the region has undergone. It is considered one of the Diniz Junqueira's mater cell, which later ventured into the interior of São Paulo, founding farms and cities. For the work, metric and photographic surveys of the place were made, interview, in addition to research in public and private archives, and reading of a related theoretical framework to be developed.

KEYWORDS: Rural architecture in Rio de Janeiro. Coffee farms. 19th century architecture.

RESÚMEN

Se trata de la historia y la arquitectura de una típica hacienda de café fluminense, implantada por la familia Diniz Junqueira, en la primera mitad del siglo XIX, en el pueblo de Dores, en la entonces llamada Vila do Pirai. La hacienda, desde entonces, permanece en poder de la misma familia, conservando gran parte de la documentación. En cuanto a su aspecto físico, mantiene a la mayoría de los edificios característicos, siendo un testimonio de las transformaciones que ha sufrido la arquitectura rural de la región. Se considera una de las células mater de la familia Diniz Junqueira, que luego se aventuró en el interior de São Paulo, fundando granjas y ciudades. Para el trabajo, se realizaron encuestas métricas y fotográficas del lugar, entrevista, además de la investigación en archivos públicos y privados, y la lectura de referencial teórico relacionado al tema.

PALABRAS CLAVE: Arquitectura rural en Río de Janeiro. Haciendas de café. Arquitectura del siglo XIX.

INTRODUÇÃO

A fazenda Aterrado está à beira de uma estrada vicinal em terra, próxima do km 274 da rodovia Lúcio Meira (BR-393), à esquerda de quem vai de Volta Redonda à Barra do Piraí. A fazenda está situada no atual distrito de Dorândia, antigo curato de Dores, de Barra do Piraí, no vale de um pequeno riacho, cercado por morros e trechos da mata original.

O antigo acesso para a fazenda não era esse, que parece ter sido aberto por volta de 1926, segundo uma carta escrita de próprio punho pelo Sr. Pedro Paulo Gomes Pereira, da vizinha fazenda Boa Lembrança. Nessa carta, Gomes Pereira reforçava a sua autorização para a adaptação do caminho que atravessava suas terras para passagem de automóveis. Essa nova estrada para *automóveis e autos-caminhões*, desviava o fluxo do percurso que, por quase dois séculos, serviu como ligação entre o Rio de Janeiro e as Minas Gerais, passando logo atrás das senzalas da Aterrado (PEREIRA, 1926).

A história dessa fazenda remonta a meados do século XIX, quando os irmãos Gabriel Diniz Junqueira e João Pedro Diniz Junqueira compram uma parte das terras da sesmaria de Itaoca, no *curato de Dores, município da vila do Piraí, da comarca de Vassouras, Província do Rio de Janeiro*, como aparece em documento datado de 22 de novembro de 1843 (REGISTRO..., 1843). As terras foram compradas do Sr. Joaquim Gomes de Souza Júnior, que as recebera como parte da herança de sua mãe, D. Maria Izabel de Souza. Desde então, a fazenda pertence à mesma família, os Diniz Junqueira.

Outras menções à fazenda Aterrado constam de documentos de propriedades limítrofes, onde é citada pelo nome de um de seus proprietários, João Pedro Diniz Junqueira. Um desses documentos, datado de 14 de novembro de 1854, é uma declaração de posse de terras, em que o Comendador Manuel Fernandes Reguengo afirmava ao Reverendo Vigário Padre Domingos Rodrigues Salgado, da Freguesia de Nossa Senhora das Dores, município da *Villa de Pirahy*, que possuía:

Uma Sesmaria havida por compra no lugar hoje denominado São Sebastião da Pedreira – Meia Sesmaria havida por compra á Joze Luiz Gomes, no lugar Papagaio, e uma e outra porção havida por compra á Joaquim Joze de Souza, no lugar denominado Embaúva, que são todas contíguas, e se limitão por um lado com as terras de Joaquim Joze Ferreira de Oliveira, e de Mathias Gonçalves de Oliveira Roxo; por outro lado com as de João Antonio de Araújo, de Bernardo Moreira da Silva e de Luiz Rodrigues Soares; por outro lado com as de Joaquim Teixeira da Nóbrega, de **João Pedro Diniz Junqueira** [grifo do autor], e de Joze Gomes de Souza Portugal; e por outro e em ultimo lugar com as do mesmo Joze Gomes e de Joze Monteiro de Magalhães. (REGISTRO..., 1854).

No registro das terras de João José da Conceição, datado de 31 de outubro de 1855, há a informação de que esse senhor possuía doze alqueires e meio de terras, herdadas de seu pai José da Conceição, no lugar denominado Conceição – freguesia de Nossa Senhora das Dores, termo de Pirahy, divisando com os seguintes senhores: Luiz Pedro de Mattos, Manoel de Oliveira Campos, **João Pedro Diniz Junqueira**, João Gonsalves da Rocha (REGISTRO..., 31 out. 1855). Aparece novamente o nome Junqueira no registro de terras do Comendador Lucas Antonio Monteiro de Barros na Freguesia de Nossa Senhora das Dores de Pirahy, datado de 28 de fevereiro de 1856, na qual consta a fazenda denominada Feliz Remanso, arrematada em

*(...) Praça Pública dos bens do falecido Capitão Jozé Thomaz da Silva (...), a qual (...) consta de setenta braças divisando com o rio Parahyba, de mil e seiscentas braças divisando com o Capitão Manoel de Oliveira Campos; novecentas e vinte braças divisando com os **Senhores Junqueira**, e mil novecentas e quarenta braças divisando com meus terrenos que comprei ao Major Antonio da Silva Monteiro, (REGISTRO..., 28 fev. 1856).*

Em outro documento, com data do mesmo dia 28 de fevereiro de 1856, o próprio João Pedro Diniz Junqueira, faz uma declaração de posse de terras na Freguesia de Nossa Senhora das Dores, da Villa do Pirahy:

João Pedro Diniz Junqueira, tem onze ou doze alqueires de terras compradas de Manoel Pedro de Mattos; dividem com João da Conceição, João e Manoel de Oliveira Congos; (REGISTRO..., 28 fev. 1856).

Esse documento, porém, tratava provavelmente de uma nova aquisição e não de todas as terras pertencentes aos irmãos Gabriel e João Pedro Diniz Junqueira. Em documento do mesmo mês e ano que o anterior, porém datado do dia 18, uma relação de terras, Gabriel Diniz Junqueira relata que possuía em sociedade com seu irmão,

(...) humas datas de terras na freguesia das Dores Município do Pirahy, que houverão por compra dos seguintes senhores, Luiz Mariano da Conceição, João Alves de Bitencourt, Simão Carlos Bernardino, João Gomes Souza Filho, dividindo as mesmas terras com Manoel de Oliveira Campos, Lucas Antonio Monteiro de Barros, Antonio Ferreira da Graça, Joaquim Antonio de Soares, Antonio Luiz Soares, Joze Gomes de Souza Portugal, Joaquim Teixeira da Nóbrega, João Gonsalves de Ferreira e Luiz Pedro de Mattos. (REGISTRO..., 18 fev. 1856).



Assim como no documento anterior, essas seriam novas terras adquiridas, mostrando o caráter empreendedor dos irmãos, que aumentavam a sua gleba, dando-lhe a configuração atual da fazenda Aterrado.

Por volta de 1850, pelo menos em sua maior parte, essas terras eram ainda cobertas de matas virgens, sem benfeitorias. Os pais dos irmãos Gabriel e João Pedro, o primeiro João Pedro Diniz Junqueira e Ana Gabriela, possuíam uma outra fazenda, a Barro Vermelho, no mesmo município de Pirai, assim, é provável que tenham formado, primeiramente, as plantações - como era comum nesses casos - para então iniciar a construção das edificações necessárias e toda a infraestrutura destinada ao beneficiamento do café.

O casarão, segundo anotações encontradas em uma antiga agenda existente na fazenda, teve seus alicerces iniciados em 28 de setembro de 1874, pelo Capitão João Pedro Diniz Junqueira; e sua ocupação pela família se deu em 1º de outubro de 1876. Nesse período a fazenda pertencia somente a João Pedro e sua esposa, Rita de Sá Fortes.

A primeira casa a ficar pronta, entretanto, foi a que hoje é ocupada pela família do administrador, bem ao lado do terreiro. Ali morou João Pedro, até a finalização do casarão. Talvez um pouco antes, os demais edifícios do conjunto já estivessem prontos, a mata já derrubada e os cafezais, e demais lavouras, já plantados, como era usual. O casarão quase sempre era feito a partir do momento em que a fazenda era considerada lucrativa.

O local escolhido para situar a sede da fazenda está encravada numa área plana entre os morros vizinhos e o pequeno riacho que passa próximo a uma das laterais do conjunto. Assim, originalmente a faixa de terra aproveitável para a edificação do conjunto arquitetônico necessário a uma fazenda de café de meados do século XIX era muito exígua e para ampliar o terreno aproveitável, foi construído um terraplano, seguro por grandes e robustos muros de pedra, desviando-se o riacho, o que formou um grande *aterrado*, onde foi instalado o casarão. Eis a curiosa origem do nome da fazenda.

IMPLANTAÇÃO DAS EDIFICAÇÕES

Figura 1 – Núcleo central das edificações da Fazenda Aterrado, Barra do Pirai (RJ), 1917.



Fonte: Arquivo da Fazenda Aterrado, Barra do Pirai (RJ).

Antigamente, como mencionado acima, a estrada passava à frente do núcleo arquitetônico central, de onde se tinha uma boa visão do conjunto das edificações (Figura 1), organizadas ao redor de um vazio, espécie de grande praça, ocupado pelo terreiro de secagem do café. Numa das laterais do terreiro, se destacando por estar cerca de dois metros elevado em relação ao resto do conjunto, fica o casarão, separado do terrapleno à sua frente por um muro de pedra entaipada. No lado oposto, ficava a já desaparecida senzala, da qual restam vestígios dos alicerces. À esquerda, outro grande edifício, tão comprido quanto à senzala, ocupado pela casa de máquinas, as tulhas, o armazém, o moinho de arroz, depósitos, além do estábulo. À direita do terreiro, casas de empregados e a primitiva casa senhorial. O conjunto era todo cercado por um muro, hoje não mais existente.

Figura 2 – Vista atual dos terreiros, com o casarão ao fundo.



Fonte: Vladimir Benincasa, 2006.

Segundo Myrthes Ely Gomes Junqueira (2006)¹, muitas das edificações que aparecem na foto desapareceram, mas constam do inventário do Capitão João Pedro Diniz Junqueira, de 1889², como os vários “lanços de senzalas”, abrigo para carneiros, estrebaria, carpintaria, paióis diversos, depósitos, enfermaria, entre outros. Tal complexidade não era algo excepcional naqueles tempos. Isoladas e distantes dos núcleos urbanos, aos quais eram ligadas por estradas em geral precárias, as fazendas do século XIX deveriam ser capazes de atender a uma série de solicitações cotidianas, como por exemplo, o conserto de uma carroça avariada, ou a elaboração de medicamentos.

Essas recomendações, e muitas outras, circulavam desde o final do século XVIII, quando começaram a ser publicadas as chamadas “memórias para o cultivo de plantas tropicais”, livros que ensinavam a constituir uma fazenda “modelo” e que auxiliaram, em muito, o agricultor brasileiro.

Um dos mais importantes manuais da cafeicultura, que teve uma boa difusão no meio rural brasileiro, foi a obra “O Fazendeiro de Café da Ilha de São Domingos” de P. S. Laborie, traduzido por Antônio Carlos Ribeiro de Andrade e editado em 1799, na coleção “O Fazendeiro do Brasil”, organizada pelo Frei José Mariano da Conceição Velloso (BENINCASA, 2008, p. 32 e 33).

Outro importante manual agrícola foi “Memórias Sobre a Fundação de uma Fazenda Na Província do Rio de Janeiro”, do Barão de Pati do Alferes, com uma série de informações práticas

¹ D. Myrthes Ely Gomes Junqueira, viúva de Aloysio Diniz Junqueira, uma das proprietárias da fazenda.

² Não foi visto o original de tal documento, apenas uma transcrição existente na fazenda.

sobre a lavoura desenvolvida no Vale do Paraíba, na primeira metade do século XIX, e publicado, em 1847, numa linguagem direta e acessível, rapidamente se esgotou, o que prova que havia uma grande demanda por esse tipo de informação. Por outro lado, tendo sido publicado por um lavrador de sucesso, os ensinamentos ali contidos nos levam a crer que derivavam de exaustivas experimentações e bons resultados – ao menos para a época (BENINCASA, 2008, p. 35).

Esse tipo de implantação, com a casa senhorial em situação de evidência, era uma das recomendações de ambos os manuais citados, mas já era tradicional no agenciamento das grandes empresas rurais no Brasil, desde o século XVI³. Na fazenda Aterrado, o construtor aproveitou as condições do relevo, que o levaram ao uso do terrapleno para a distribuição das edificações ao redor do terreiro, deixando ao casarão, uma faixa de terreno elevada, numa das laterais do platô artificial. Dessa maneira, conseguiu destacá-lo no conjunto (vide figura 2).

O casarão é envolvido parcialmente (à frente e em parte de suas laterais), por um jardim com canteiros entre passeios de terra, formando desenhos geométricos, além de um tanque d'água com repuxo, bem à frente do pequeno alpendre que protege a entrada principal.

O jardim, além do efeito estético, configura um espaço de transição entre a área destinada ao trabalho e aquela outra, de intimidade da família proprietária. Tornou-se comum a partir da expansão das ideias sanitaristas no século XIX, em decorrência do inchaço das cidades ocasionado pela industrialização. Se espalham pelo ambiente urbano e o costume acaba chegando às fazendas, sempre ao redor do casarão. Era um sinal de civilização, lugar para horas de devaneio, de convívio familiar, de leituras, de cultivo de espécies vegetais autóctones e exóticas.

Aos fundos do casarão, existe um pátio circundado por duas edificações: uma que abriga as garagens, e outra onde fica uma cozinha externa para o preparo de alimentos de cozimento lento, além de depósitos. Para além desse pátio, estão o chiqueiro e o pomar. O pátio servia como espaço de recepção e abrigo das tropas de burro que escoavam a produção da fazenda, principalmente café, leite e cachaça.

Foi comum, nessas casas rurais do século XIX, os fundos serem também um espaço de trabalho das mulheres, que circulavam entre as cozinhas interna e externa, até as casas de farinhas e de queijos; cuidavam de hortas e da criação de animais; lavavam, secavam e passavam roupa; faziam sabão, velas; entre outras tarefas cotidianas, contribuindo decisivamente para o sustento e o bom andamento geral da casa e da fazenda. Em geral, esse espaço feminino era delimitado por cercas, muros ou qualquer outro elemento que provocasse um certo isolamento do olhar e do convívio de pessoas estranhas. Na Aterrado isso não deve ter sido diferente, embora

³ Uma possível influência de Andrea Palladio, cuja produção teórica e edificada teve muita repercussão a partir de 1570, quando foram publicados “I Quattro Libri dell'Architettura”, de sua autoria.

atualmente essa separação não exista. Sobre essa produção, Barão do Pati do Alferes, em 1879 comentava que

(...) um fazendeiro cuidadoso tem todos os dias um jantar esplêndido, e só lhe custa dinheiro o vinho e o sal, ou algum acepipe; o mais tem elle de casa, e com muita profusão (...). A horta, diz um anexim vulgar, é meia dispensa, e por isso deve merecer toda a atenção de um lavrador inteligente e econômico (WERNECK, 1885, p. 58 e 59).

Figura 3 – Vista parcial da fachada do casarão.



Fonte: Vladimir Benincasa, 2006.

Na Aterrado, segundo Gomes (2006), a proprietária, ali sempre se produziu quase tudo o que era consumido pelos moradores: como frutas, legumes e hortaliças, além de ervas medicinais e flores, no pomar e na horta, ou café, arroz, feijão, milho, mandioca, cana-de-açúcar, entre outros, cujas plantações eram destinadas também à comercialização. Galinhas e porcos criados na própria fazenda, também sempre estiveram presentes na mesa da fazenda, além do leite e seus derivados.

Gomes (2006) cita em especial os muitos doces feitos com frutas do pomar: goiabadas, bananadas, doces de figo, de laranja, entre outros, além do doce-de-leite. Uma história pitoresca que envolve esses quitutes é o da troca anual de doces com os parentes de Minas Gerais, que mandavam pessegada para a Aterrado e em troca recebiam goiabada. Costumes de antigamente, que envolviam mais do que a simples troca de presentes, mas gentileza e apreço entre pessoas queridas.

Como dito anteriormente, pela distância dos centros urbanos e a precariedade da rede de estradas e transporte, essa produção variada de alimentos e produtos era essencial às fazendas. É certo que não fabricavam tudo o que precisavam, mas muita coisa ali se fazia para diminuir a

dependência externa, o que gerava intensa atividade de todos os seus moradores, fossem homens ou mulheres, adultos ou crianças. Ao contrário do que se possa imaginar, a vida numa fazenda do século XIX estava longe de ser monótona. As atividades se multiplicavam e se alternavam durante o ano.

Mas nem só de trabalho viviam as pessoas. Havia também os períodos de festa. Na Aterrado eram tradicionais as festas juninas e a festa de São Benedito, santo que é o orago da capela da fazenda. Não por acaso, ela foi construída por escravos, segundo Gomes (2006), por causa de uma escrava que morreu de uma doença desconhecida. Para se proteger de tal mal, resolveram construir a capela dedicada a São Benedito e, até o final do século XX, celebrou-se o 5 de outubro, em homenagem ao santo. A capela ainda existe, mas as fazendas já não possuem o mesmo número de moradores como antigamente, e muitas tradições rurais foram se perdendo, como essa da Aterrado.

O CASARÃO

Para chegar ao casarão, é necessário atravessar antes um portão numa das laterais do jardim, e adentrá-lo. O jardim ocupa um espaço cercado por muros de pedra entaipada. Os canteiros, em desenhos variados, são elevados em relação aos passeios, envoltos por uma espécie de mureta feita com a própria terra. A sinuosidade entre os canteiros é um convite a percorrê-los calmamente, apreciando esse espaço, que acaba por fornecer diferentes visões privilegiadas do casarão, do conjunto das edificações e da paisagem envoltória. Ao centro desse espaço, foi instalado um tanque d'água oval com repuxo central. Completando o jardim, um inusitado conjunto de seis jabuticabeiras, que isolam ainda mais o casarão do espaço de trabalho à sua frente. Não é algo usual, o mais comum seria deixar a frente do casarão livre, em contato visual com o terreiro e demais instalações da fazenda.

O casarão foi concluído por volta de 1860. Trata-se de edificação com volumetria compacta e planta em "L", característica das casas rurais de meados do século XIX, no sudeste brasileiro. Podemos dividi-la em dois blocos, o anterior, formado por cômodos de uso social e íntimo, ou seja, espaços de recepção e de uso privado da família do fazendeiro. E o bloco situado na parte posterior da edificação, destinado aos serviços da casa – como cozinha, despensas, rouparia – aos aposentos de empregados domésticos e à sala de banhos.

Na construção foram usadas duas técnicas, basicamente: nos alicerces, a pedra entaipada, e, nas paredes, a taipa de mão, ou pau-a-pique.

No aspecto formal, a casa guarda ainda a austeridade dos velhos solares da arquitetura tradicional brasileira. Em sua fachada pouco se nota de influência da arquitetura neoclássica, então em vigor na Corte. Mas se podem perceber algumas preocupações classicizantes na sua composição, como a simetria, por exemplo: a porta central ladeada por quatro janelas de cada lado, encimadas por pequenas pestanas. Um dos elementos da arquitetura neoclássica, reflexo dos ensinamentos higienistas europeus, é a presença de porão que eleva a edificação cerca de

um metro do solo, evitando a umidade e garantindo melhores condições de salubridade. Para a ventilação desse porão, que no caso não é utilizável, aparecem na fachada três pequenos óculos circulares de cada lado da fachada.

A porta principal é protegida por um pequeno alpendre coberto, acessado por dois lances laterais de quatro degraus cada, ou, como é chamada, por uma escada de lance duplo, feita em pedra lavrada (granito). Um guarda-corpo com gradil de ferro batido formando delicados arabescos, protege os lances e o patamar central, ajudando a quebrar a sisudez geral da fachada. Outros detalhes que compõem a fachada são as cimalthas de madeira, junto ao frechal de toda a edificação, que dão um bom acabamento estético, além de funcionarem como guarda-pó. Nos cunhais, o arremate é feito por falsas pilastras: como as paredes da edificação são de taipa de mão revestida com argamassa, os cunhais são os próprios esteios de madeira, deixados à mostra e coroados por capitéis de madeira, com desenho semelhante às cimalthas, destacando-se destas pelas dimensões mais generosas.

Figura 4 – Vista do pátio posterior do casarão.



Fonte: Vladimir Benincasa, 2006.

O telhado da edificação é composto pelas tradicionais telhas capa e canal. O do pequeno alpendre por telhas francesas, o que sugere que essa pequena cobertura tenha sido executada posteriormente, hipótese reforçada pelo desenho menos elaborado das pequenas colunas metálicas que o sustentam, que difere do gradil existente. A porta principal possui duas folhas almofadadas, porém sem bandeira. Interessante observar o cuidado do construtor em fazer o soco da porta em pedra, erguendo os batentes de madeira, protegendo-os da umidade do piso. Esse cuidado reforça a ideia de que a cobertura do alpendre tenha sido posterior à construção da casa. Mas não há dados sobre isso.

Nas outras laterais do casarão repetem-se as janelas, somente ao fundo, nas elevações existentes no interior do pátio formado pela configuração em “L” da planta é que tal sequência é quebrada pela existência da porta e da escada de acesso à cozinha, essas provavelmente

originais; e outra escadaria e uma abertura em arco que dá acesso a um alpendre incrustado no interior da edificação, feito posteriormente, aproveitando-se parte da sala de jantar.

Nos fundos do casarão, também chama a atenção a existência de um porão aberto sobre os dois últimos cômodos da casa, as duas despensas. Esse porão é usado como depósito e para guarda de lenha utilizada no fogão. Segundo informações obtidas com os proprietários, na estrutura do telhado da edificação existem dois rincões que terminam antes desses cômodos, sobre as paredes dos fundos da cozinha. Observando externamente essas despensas, podemos levantar a hipótese de elas serem ou um acréscimo posterior ou de, originalmente, terem uma cobertura rebaixada em relação ao resto da edificação, constituindo-se uma espécie de “puxado”, apêndice muito comum em casas rurais do período.

A arquitetura não é, e jamais poderá ser um organismo estanque, imutável, sob o risco de perder sua funcionalidade. A observação dessas casas acaba nos informando muito sobre a história do cotidiano de seus moradores, e as novas necessidades que vão surgindo ao longo do tempo. Como nos disse um dos moradores da Aterrado, “a casa nos fala”. Para compreender a história da arquitetura é necessário tentar entender esse linguajar.

Adentrando a casa pelo alpendre fronteiro, tem-se acesso a uma espécie de vestíbulo. Logo ao lado da porta de entrada chama a atenção a existência de um velho relógio de força, com controle manual da voltagem. Abre-se um parêntesis aqui para falar um pouco da iluminação da fazenda. Originalmente a iluminação era feita por lampiões a querosene, além de mangas e candelabros com velas. Posteriormente, foi construída uma pequena usina hidrelétrica na própria fazenda, que fornecia energia para movimentar as máquinas de beneficiamento do café e a iluminar o casarão.

Voltando ao vestíbulo, ou como era chamada, à sala de espera, ali se recebiam os visitantes para uma conversa rápida. Se o assunto fosse algum tipo de negociação, o visitante era conduzido ao escritório, à direita dessa sala, onde ainda hoje fica uma “burra”, um cofre. Atualmente, o antigo escritório perdeu sua função, sendo utilizado como dormitório.

Visitantes mais formais eram direcionados à esquerda, para a sala de visitas, o mais belo cômodo da casa, onde as paredes eram forradas de papéis decorativos importados até a altura do barrado em estêncil com motivos *art-nouveau* (ninfeias em tons verde-azulados) aplicado junto ao forro. O papel de parede, hoje não mais existente, pode ter sido uma solução original desse cômodo, uma vez que já era usado no tempo em que a casa foi construída. Quanto ao barrado, certamente é posterior, do início do século XX.

Nessa sala também ficavam os mais belos móveis e objetos de decoração da casa. Dona Myrthes Ely Gomes conta que quando se casou, em 1953, sua sogra, D. Maria, lhe pediu: se quiser ser minha amiga, mantenha a porta dessa sala fechada! Assim fez e deram-se muito bem para todo o sempre (GOMES, 2006).

Figura 5 – Detalhes da sala de visitas.



Fonte: Vladimir Benincasa, 2006.

A sala de visitas era um cômodo aberto em ocasiões especiais, não de uso cotidiano, e sua existência mostra, também aqui, uma incorporação dos ensinamentos da arquitetura neoclássica: a sala de visitas define um refinamento nos modos do brasileiro, que até os primórdios do século XIX, recebia seus visitantes ilustres na “varanda”, como era chamada então a sala de jantar. Se fosse uma pessoa sem grandes atribuições, era recebida no alpendre fronteiro, ou fora da casa mesmo. O acesso de pessoas estranhas à intimidade do lar era muito controlado, uma herança mourisca que nos chegou via portugueses e se manteve por séculos. O resguardo da privacidade pode ser constatado também pelo fato do Sr. Alberto Carlos Diniz Junqueira, o Bibi Junqueira, sogro de Dona Myrthes, ter colocado uma mola para que a porta entre as salas de espera e de jantar ficasse sempre fechada, isso em princípios do século XX. Aos fundos da sala de visitas, existem dois pequenos dormitórios, que também tinham suas paredes forradas de papel de parede.

Chama atenção a existência de uma alcova, cômodo sem abertura ao exterior, entre a sala de espera e a sala de jantar. Entre outras coisas, destinava-se às mulheres parturientes, que ali tinham seus filhos e faziam o resguardo durante 45 dias, período em que se alimentavam apenas de canja de galinha. D. Maria Aparecida de Azevedo, sogra de D. Myrthes, teve nesse quarto todos os seus nove filhos (GOMES, 2006). Posteriormente, foi feita uma abertura para o quarto dos fundos, para dotá-lo de mais claridade e ventilação.

A sala de jantar era um dos principais aposentos da casa rural brasileira em meados do século XIX. Era o cômodo que fazia a ligação entre as áreas de serviços, íntima e social. Na Aterrado não se foge a essa regra, para ela convergem a sala de espera, o escritório, vários dormitórios, duas alcovas e a cozinha. Uma reforma alterou parcialmente esse cômodo, diminuindo-lhe a área: foram construídas duas paredes internas, e rasgada a parede externa, conformando um

pequeno alpendre entalado no corpo da edificação. Dessa forma surgiu um pequeno corredor, distanciando o jantar da cozinha, e fazendo com que um dos dormitórios, que antes tinha acesso direto à sala de jantar, ficasse agora com sua porta voltada para esse alpendre criado com a reforma, de certa forma abrindo-se diretamente para o pátio traseiro do casarão.

Os dormitórios mais utilizados pela família estão situados ao redor da sala de jantar. Alguns deles possuem decoração pictórica, do início do século XX, ainda preservada. Esse tipo de decoração, o estêncil, foi comum entre o final do século XIX e o início do século XX. Catálogos alemães, franceses, italianos, espanhóis, com modelos dessas pinturas, eram vendidos em casas de material de construção e de decoração, além dos moldes para a sua execução. Poucas casas, no entanto, mantêm essa decoração original.

Num dos dormitórios, o situado entre a sala de jantar e a cozinha, existe um imenso armário embutido, provavelmente para a guarda de roupa de cama. Nas casas desse período, os armários embutidos, herança da arquitetura colonial brasileira, eram comuns, aparecendo em vários ambientes internos, como salas de jantar, alcovas, rouparias, despensas, com funções diversas.

Em todo esse corpo fronteiro, o piso é composto por largas e irregulares tábuas de madeira de lei, ou seja, trata-se de um piso típico da época em casas rurais, quando não havia a preocupação estética, e às vezes, nem a possibilidade técnica, de se cortar tábuas em tamanhos uniformes – prevalecia certa praticidade. Quanto ao forro, aqui é do tipo saia e camisa, encabeirado – o forro, tradicionalmente, sempre recebeu melhor fatura e acabamento, desde os tempos coloniais, na arquitetura brasileira, e o porquê disso é uma pergunta ainda sem resposta.

A ala de serviços era formada, em sua origem, pela grande cozinha, um dormitório de mucamas de dentro, a sala de banho e a despensa. As duas outras despensas, como já foi dito, situadas aos fundos da edificação, podem ter sido acréscimos. Toda essa parte da edificação era desprovida de forro, colocado posteriormente. O piso da área de serviço, por sua vez, era assoalhado, como no restante da edificação. Atualmente, com exceção das duas despensas ao fundo, onde se mantém as velhas tábuas de madeira sobre porão aberto, o porão da área de serviços foi aterrado e o piso foi revestido de cerâmica.

Outra alteração na cozinha foi a destruição do fogão a lenha original. Outro foi construído no antigo cômodo no qual eram preparadas as tachadas de doces, hoje usado como cozinha. Segundo contou D. Myrthes, a chaminé desse primitivo fogão ficava junto a parede, de pau-a-pique, e certo dia, o uso intenso fez com que a trama de madeira se incendiasse, destruindo parte da parede, que teve de ser refeita com tijolos.

Entre a nova cozinha e o dormitório das empregadas, ficava a sala de banhos, que, como o nome diz, servia apenas para se tomar banho. O sanitário, tal como se conhece hoje, com todos seus equipamentos conectados ao abastecimento de água encanada e esgoto não existiam a essa época, principalmente no meio rural. Usavam-se os lavatórios portáteis com jarro e bacia para a higiene de mãos e rostos e grandes bacias para o banho; para as necessidades fisiológicas havia o urinol, quando muito.

A novidade do banheiro “moderno” surge na Aterrado ainda na primeira metade do século XX, quando o então proprietário, o Sr. Bibi Junqueira, adaptou um dos dormitórios, dotando-o de água encanada, vaso sanitário, além de banheira e chuveiro com abastecimento de água aquecida no fogão à lenha, através do sistema de serpentinas. Segundo D. Myrthes, ele não se acostumava a tomar banho, no inverno, na velha sala de banhos, sem forro, perto da cozinha – o frio o incomodava sobremaneira, daí a resolução em investir nos novos equipamentos, aumentando o conforto da casa.

Posteriormente, a antiga sala de banho foi repartida, dando origem a dois novos banheiros.

As duas despensas ao fundo tinham funções diferentes. A que se abria diretamente para a cozinha era a despensa das quitandas, e vivia trancada; sua chave era levada sempre presa à cintura por D. Maria. Os mantimentos, dali, só saíam com sua permissão e eram dados na medida para as empregadas fazerem doces, bolos e biscoitos. Crianças também não tinham livre acesso.

Já a outra, era a despensa em que se guardavam farinhas, fubá, leite, queijos, linguiças, toucinhos, carnes, etc.; havia ali a salgadeira, onde se salgavam a carne e o toucinho. Muitos desses alimentos ficavam pendurados em tábuas presas ao madeiramento do telhado por fios de arame, evitando, assim, a indesejada presença de ratos.

A despensa dos salgados também foi adaptada, dando origem a dois pequenos dormitórios e um banheiro, quando uma cozinheira veio morar ali, porém a data não foi precisada por D. Myrthes.

Da cozinha, uma porta dava acesso ao pátio traseiro, e também à horta e ao pomar, ao galinheiro e ao chiqueiro. Era por aí também que chegavam as visitas mais íntimas, bem ao modo brasileiro, nada de passar pela sala, melhor ir direto à cozinha, como ainda hoje ocorre, na maioria das casas rurais brasileiras.

CONCLUSÃO

O casarão da Aterrado, hoje com quase 150 anos, passou por uma grande obra de conservação no início do século XXI, quando foi recuperado pela família Diniz Junqueira, cujos vários ramos se juntaram, para preservar parte de sua história. Felizmente, as obras conservaram as intervenções ocorridas ao longo dos anos, que, aliadas à memória oral, ajudam a compreender as transformações na vida rural brasileira. Essa, talvez seja o grande mérito dessa casa de fazenda.

Um casarão desses requer manutenção constante, somente assim poderá durar por outros tantos anos. A sua permanência até os dias de hoje se deve, principalmente, ao uso constante e incessante em todos esses anos; a conservação de sua história se deve à passagem de pai para filho, que não preservam apenas sua materialidade, mas também a história de uma família que teve papel de destaque na ocupação de sertões de pelo menos três estados brasileiros - Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, onde abriram fazendas, estradas e cidades.

O ciclo cafeeiro, apesar do reconhecimento de sua importância enquanto um dos mais importantes fatos econômicos já ocorridos no Brasil, é pouco valorizado quando o assunto é o reconhecimento de sua arquitetura enquanto patrimônio cultural brasileiro. Poucas são as fazendas cafeeiras tombadas por órgãos estaduais, e menos ainda, aquelas reconhecidas como tal pelo IPHAN.

Dessa forma, iniciativas particulares como essa da Aterrado, merecem ser valorizadas e divulgadas, para que seu exemplo possa “contaminar” outros proprietários e, mais ainda, possa sensibilizar os órgãos patrimoniais para a preservação desses exemplares, testemunhos de um momento tão decisivo da história brasileira.

Agradecimentos

Agradeço a arquiteta Luzia Márcia Mei Rosa, ao Sr. Octávio Junqueira Leite de Moraes e a D. Myrthes Ely Gomes Junqueira.

REFERÊNCIAS

BENINCASA, Vladimir. **Fazendas Paulistas**. Arquitetura rural no ciclo cafeeiro. 2008. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Engenharia de São Carlos. Universidade de São Paulo, São Carlos, 2008.

GOMES, Myrthes Ely. **Entrevista sobre a Aterrado**. Barra do Pirai (Dorândia), Fazenda Aterrado: 20 abr. 2006.

PEREIRA, Pedro Paulo Gomes [**Correspondência**]. Destinatário: Sr. Cap. Alberto Carlos Diniz Junqueira. Arquivo da Fazenda Aterrado. Dôres de Pirahy, 15 dez. 1926.

REGISTRO das Terras do Commendador Manuel Fernandes Reguengo. **Livro Paroquial de Registro de Terras-Pirai, no. 63**, Coleção Registro de Terras -RT (Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro). 14 nov. 1854.

REGISTRO de Terras do Comendador Lucas Antonio Monteiro de Barros. **Livro Paroquial de Registro de Terras-Pirai, no. 63**, Coleção Registro de Terras-RT (Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro). 28 fev. 1856.

REGISTRO de Terras possuídas por João José da Conceição. **Livro Paroquial de Registro de Terras-Pirai, no. 63**, Coleção Registro de Terras-RT (Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro). 31 out. 1855.

REGISTRO que faz Gabriel Diniz Junqueira. **Livro Paroquial de Registro de Terras-Pirai, no. 63**, da Coleção Registro de Terras-RT (Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro). 18 fev. 1856.

REGISTRO que faz João Pedro Diniz Junqueira, de 1856, **Livro Paroquial de Registro de Terras-Pirai, no. 63**, Coleção Registro de Terras-RT (Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro). 28 fev. 1856.

REGISTRO que fazem Gabriel Diniz Junqueira e João Pedro Diniz Junqueira. **Livro Paroquial de Registro de Terras-Pirai, no. 63**, Coleção Registro de Terras -RT (Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro). 22 nov. 1843.

WERNECK, Francisco Peixoto de Lacerda. **Memória sobre a Fundação de uma Fazenda na Província do Rio de Janeiro**. Brasília: Senado Federal; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1985.